

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**REQUERIMENTO Nº        /2018**

**(Do Sr. Deputado Danilo Cabral)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a coação, estimulada por agentes públicos, sobre a livre expressão de docentes em sala de aula.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), ouvido o Plenário desta Comissão de Educação, a realização de audiência pública para discutir a coação, estimulada por agentes públicos, sobre a livre expressão de docentes em sala de aula.

Para debater o tema sugerimos os seguintes convidados:

- **Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação**
- **CNTE;**
- **Representante da União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES;**
- **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED.**

## JUSTIFICATIVA

Ações recentes de parlamentares estimulando o “patrulhamento” de estudantes sobre manifestações políticas-ideológicas de professores em sala de aula trouxeram grande preocupação a comunidade escolar sobre o cerceamento da liberdade de ensino.

Há exatos 30 anos, foi aprovada a Constituição Federal de 1988, após 21 anos sob regime militar, contando com ampla participação social e com a presença 559 parlamentares de diversas ideologias políticas.

Ela não só restabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas como instituiu uma vastidão de preceitos progressistas, como a igualdade de gênero, a criminalização do racismo, a proibição total da tortura e direitos sociais como educação, trabalho e saúde para todos.

A partir da premissa de que a educação deve atender a princípios de “neutralidade política e ideológica”, o professor deveria ser proibido de expressar qualquer opinião política ou ideológica, passível de punição.

A dimensão da cidadania está profundamente associada ao pleno gozo da liberdade de pensamento, da expressão política e da participação social. A ideia de calar qualquer tipo de opinião em sala de aula, de impedir que se discutam assuntos políticos ou que se estimule a participação social, esvazia completamente a perspectiva de formação para o exercício da cidadania.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, estabeleceu em seu Artigo 19º:

*Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão. ”*

Todo conhecimento carrega uma ideologia, expõe um ponto de vista, uma forma de enxergar o mundo. Não existe conhecimento neutro. A ideia de se educar a partir de um conhecimento neutro é absolutamente superada no meio acadêmico em todo o mundo.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu sustenta que os agentes e instituições dominantes tendem a inculcar a cultura dominante, de modo a reproduzir o habitus, as desigualdades sociais nas maneiras de falar, de trabalhar, de julgar (Dubet, 1998:46).

John B. Thompson, sociólogo americano e professor da Universidade de Cambridge vai dizer o seguinte:

*“não é essencial que as formas simbólicas sejam errôneas e ilusórias para que elas sejam ideológicas. Elas podem ser errôneas e ilusórias. De fato, em alguns casos, a ideologia pode operar através do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, através do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações; mas essas são possibilidades contingentes, e*

*não características necessárias da ideologia como tal. Ao tratar o erro e a ilusão como uma possibilidade contingente, ao invés de como uma característica necessária da ideologia, nós podemos aliviar a análise da ideologia de parte do peso epistemológico colocado sobre ela desde Napoleão. (THOMPSON, 2000, p. 76)”*

A ideia de limitar o conhecimento nas escolas e universidades a um conteúdo educacional oficial e padronizado é típico de regimes autoritários. Durante a ditadura militar no Brasil, criou-se a disciplina educação moral e cívica, como forma de padronizar o conhecimento nas ciências sociais conforme a visão do regime, além de estabelecer um controle rigoroso sobre a opinião emitida pelos professores.

O professor de Filosofia da Universidade de São Paulo e ex-ministro da educação, Renato Janine Ribeiro, abordou de maneira brilhante a questão.

*“Quer dizer, se o pai ou mãe for machista, racista – de forma indireta que seja – a escola não poderá ensinar a Declaração dos Direitos do Homem? A extrema direita o que quer?”*

A ação política sobre esse tema parte de movimentos radicais de direita, que concentram sua atuação contra ações afirmativas, igualdade de gênero, livre orientação sexual e outras políticas inclusivas. O que tentam vender como neutralidade é na realidade a interdição de qualquer pensamento que seja divergente dessa ideologia conservadora, é a escola do partido único.

Por se tratar de um tema de grande relevância para a educação brasileira, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados não pode se furtar a esse debate.

Diante do exposto, conto com o apoio dos meus ilustres pares nesta Comissão para a aprovação desde requerimento.

**Sala das Sessões, em                      de                      de 2018.**

**Deputado Danilo Cabral  
PSB/PE**